

COMUNIDADES E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DE SEGUNDA ORDEM NO ENTORNO DO PARQUE NACIONAL DO CAPARAÓ

Leandro Ricarte Castro de Souza

E. E. E. F. M Professora Maria Trindade de Oliveira
Professor da Rede Estadual do Espírito Santo
leoricarte@gmail.com

Bruno Milanez

Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF
Professor Adjunto
bruno.milanez@uffj.edu.br

RESUMO

Conflitos socioambientais estão associados à restrição do acesso ao território ou do uso de recursos naturais, sendo comum sua ocorrência nas áreas de entorno de Unidades de Conservação (UCs). Este artigo se baseia em estudo de caso realizado na comunidade de Patrimônio da Penha, no entorno do Parque Nacional do Caparaó, no estado do Espírito Santo. Ele foi realizado a partir de revisão bibliográfica, observações de campo e entrevistas semiestruturadas. Como resultado, para além dos conflitos de primeira ordem (ex. restrição à caça e à retirada de madeira), foi possível identificar a ocorrência de conflitos de segunda ordem (alteração de toponímias, restrição no uso de caminhos tradicionais etc.). Este tipo de conflito foi definido como sendo oriundo das alterações nas dinâmicas sociais nas comunidades resultantes da presença do Parque, e foi caracterizado por envolver principalmente moradores e por manter maior grau de latência. Sua conceituação e discussão demonstra a complexidade dos efeitos da criação de UCs e o aprofundamento do tema se mostra necessário para um aprimoramento da gestão das áreas protegidas.

Palavras-chave: Conflitos socioambientais. Unidades de Conservação. Patrimônio da Penha; Serra do Caparaó.

COMMUNITIES AND CONSERVATION UNITS: SOCIO-ENVIRONMENTAL CONFLICTS OF SECOND ORDER IN THE ENVIRONMENT OF THE CAPARAÓ NATIONAL PARK

ABSTRACT

Socioenvironmental conflicts are associated to restrictions to territories or to the use of natural resources. They are commonly identified in communities surrounding protected areas. This article is based on a case study at the Patrimônio da Penha community, near the Serra do Caparaó National Park, state of Espírito Santo. It was based on literature review, direct observation and semi-structured interviews. The research results show that, beyond first order conflicts (ex. restriction to hunting or tree cutting), it was possible to identify second order conflicts (changes in toponymy, restriction to the use of traditional paths etc.). This type of conflict occurs as result to changes in the social dynamics within the communities, due to the presence of the National Park. Second order conflicts have been characterised by involving mainly local inhabitants and for their higher latency. The conceptualisation and discussion of this type of conflict indicates the complexity of the effects of the creation of reserves. More studies on the topic are necessary for improving the management of protected areas.

Key-Word: Socioenvironmental conflict. Protected areas. Patrimônio da Penha. Serra do Caparaó.

INTRODUÇÃO

Ao longo desse trabalho, debatemos a natureza dos conflitos socioambientais e propomos que eles podem ser classificados em conflitos de primeira ordem e conflitos de segunda ordem. Os primeiros seriam aqueles que envolvem restrições imediatas de uso e apropriação dos recursos naturais a determinados grupos sociais em função da implantação de projetos econômicos, instalações industriais ou unidades de conservação. Os conflitos de segunda ordem, por sua vez, seriam decorrentes de alterações na dinâmica social resultantes da implantação de tais projetos.

A preocupação com o tema se deve ao entendimento de que a criação de áreas naturais protegidas se firmou como uma das principais políticas relacionadas ao meio ambiente e que o modelo de concepção desses espaços que se tornou dominante parte de uma visão de natureza oriunda da dicotomia entre sociedade e meio ambiente. Tal concepção, entretanto, vem produzindo diversos problemas relacionados tanto à criação quanto à gestão dessas áreas. Seguindo tais diretrizes, os processos de criação das Unidades de Conservação (UCs) no Brasil têm ocasionado diversos conflitos entre diferentes sujeitos que possuem visões e interesses variados sobre a natureza e seus recursos.

O artigo se baseia em pesquisa desenvolvida no Patrimônio da Penha, comunidade localizada no município de Divino de São Lourenço (ES), no entorno do Parque Nacional do Caparaó (ParNa Caparaó). Apesar de o entorno do ParNa Caparaó cobrir uma área constituída por vários municípios e povoados, localizados nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, a delimitação de uma área específica foi necessária por se tratar de um espaço de grandes dimensões. A escolha do local de estudo se pauta pela identificação de que, apesar de já existirem pesquisas sobre este ParNa, a maioria se concentra em Minas Gerais e poucos pesquisadores têm se detido sobre a sua porção capixaba (cf. PARREIRAS, 2004). A pesquisa tem por base conceitual a noção de conflito socioambiental associada à perspectiva crítica da Justiça Ambiental. Ela ainda toma como ferramenta de análise a categoria geográfica do território. Além de ampla revisão bibliográfica sobre conflitos socioambientais, o estudo se baseia em observações diretas e entrevistas semiestruturadas. O trabalho de campo foi realizado entre julho e novembro de 2015. Ao longo da pesquisa, 28 pessoas, entre moradores tradicionais, moradores que mudaram para Patrimônio mais recentemente e funcionários do parque foram entrevistadas.

O artigo se divide em três partes, além dessa breve introdução. Na primeira parte, abordamos a temática dos conflitos, destacando os de ordem socioambiental, especialmente aqueles associados às Unidades de Conservação. Na segunda seção, buscamos descrever os conflitos socioambientais de segunda ordem que puderam ser observados no Patrimônio da Penha, ressaltando sua relação com a presença do ParNa Caparaó na região. Na terceira e última parte, são feitas as considerações finais, destacando os principais resultados obtidos pela pesquisa.

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

CONFLITOS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

Os conflitos sempre fizeram parte da história do ser humano sobre a Terra. Eles são, como afirmam Brito et al. (2011, p. 51), “[...] inerentes às sociedades humanas, independente do contexto histórico e do espaço geográfico [...]”. Vários autores trabalham com a ideia de conflito e buscam defini-los como forma de melhor entendê-los. Araújo e Souza (2012, p. 23) afirmam que “conflito pode ser interpretado como qualquer forma de oposição de forças antagônicas”, ou seja, são disputas entre grupos que divergem em seus interesses e que, muitas vezes, acabam se confrontando, produzindo, inclusive, embates violentos. Erandorena (2003, p. 120) salienta ainda que “em nossa sociedade o conflito se associa à rivalidade, à oposição, e à diferença, e esta é mal vista em nosso sistema de crenças. Muitas vezes se vive as diferenças como uma agressão”.

Nesse sentido, é possível afirmar que os “[...] conflitos envolvem interesses imiscuídos que vão do individual ao coletivo numa mesma dada situação” (BARBANTI JUNIOR, 2002, p. 7). Por possuírem essas características, os conflitos por vezes se configuram como de grande complexidade, exigindo um enfoque multidisciplinar para sua compreensão e resolução (ibid.). Os conflitos também abrem a possibilidade de se perceber que alguns grupos sociais sofrem consequências mais severas pela implementação de projetos industriais, econômicos e

ambientais. Situações onde são identificadas desproporcionalidades na distribuição de impactos e consequências negativas de grandes projetos econômicos, são caracterizadas como injustiças ambientais (SOUZA e MILANEZ, 2016).

Desse modo,

É imperativo reconhecer que projetos industriais homogeneizadores do espaço [...] bem como políticas globais a partir de formulações abstratas e distantes, são geradores de injustiças ambientais, na medida em que, ao serem implementados, imputam riscos e danos às camadas mais vulneráveis da sociedade (ZHOURI, 2008, p. 105).

Assim, os conflitos podem desempenhar um importante papel, pois “[...] denunciam contradições em que as vítimas das injustiças ambientais não só são verdadeiramente excluídas do chamado desenvolvimento, mas assumem todo o ônus dele resultante” (ibid.). Estes podem ser responsáveis por descortinar as injustiças por trás de projetos que muitas vezes são propagandeados como sendo fundamentais para o “desenvolvimento” de uma área ou até mesmo de um país inteiro.

Partindo desse raciocínio, têm-se nos conflitos, especialmente os de caráter ambiental, uma importância significativa, pois

Uma grande contribuição da dinâmica dos conflitos ambientais é justamente sua saída da invisibilidade histórica para alcançar o debate público, reclamando a democratização das decisões sobre a produção socioespacial dos territórios, problematizando os consensos que nos são empurrados diariamente – tal como o consenso do desenvolvimento (dito) sustentável (MALAGODI, 2012, p. 4).

FONSECA et al. (2012, p. 283) argumentam que o “estudo de conflitos ambientais constitui em uma importante ferramenta para se tentar entender a discordância entre grupos sobre um determinado ponto que lhes é comum ou pelo qual eles são concorrentes”. É nesse contexto que nas últimas décadas os conflitos socioambientais vêm ganhando destaque, passando a ser debatidos com maior ênfase pela academia. Estes conflitos são os que têm se apresentado com maior evidência durante os primeiros anos do século XXI, estando diretamente relacionados ao uso e preservação dos recursos naturais (BRITO et al., 2011). Tendo em vista que os mesmos são fundamentais para a sobrevivência da espécie humana sobre a Terra e que não são apropriados de maneira igualitária por todos (MARTÍNEZ-ALIER, 2007; MUNIZ, 2009), os atritos referentes ao uso e exploração destes se tornam cada vez mais comuns, principalmente à medida que a escassez de determinados recursos aumenta, fazendo a exploração avançar para áreas até então inexploradas e que muitas vezes são ocupadas por povos e comunidades tradicionais que resistem a essa exploração (MARTÍNEZ-ALIER, 2007).

Nesse sentido, os conflitos socioambientais podem ser definidos como sendo “embates entre grupos sociais em função de seus distintos modos de inter-relacionamento ecológico, isto é, com seus respectivos meios social e natural” (LITTLE, 2004, p. 1). Essas relações, muitas vezes antagônicas, envolvem desde questões referentes à exploração direta dos recursos (solo, água, recursos minerais etc.) até as relações de território e territorialidade que vão se constituindo sobre esses espaços ao longo do tempo. Estes conflitos perpassam os laços culturais instituídos pelas populações com o seu lugar e também as relações de poder que são aí estabelecidas entre os diferentes sujeitos que moram, atuam, trabalham ou frequentam a área onde se desenvolve o embate.

Seguindo essa linha de pensamento, é possível asseverar que

Os conflitos relacionados aos recursos naturais são sobre os espaços que contêm estes recursos, isto é, entre os grupos humanos que reivindicam essas terras como seu território de moradia e vivência, portanto, os conflitos têm dimensões políticas, sociais e jurídicas. Cada agente social tem sua forma de adaptação, ideologia e modo de vida que entra em choque com as formas dos outros grupos, dando assim a dimensão social e cultural do conflito socioambiental (BRITO et al., 2011, p. 56).

Sendo assim, “[...] dada a existência de muitos tipos de conflitos sociais, podemos classificar um conflito determinado como sócio-ambiental [sic] quando o cerne do conflito gira em torno das interações ecológicas” (LITTLE, 2004, p. 1). Nesse sentido, os conflitos socioambientais seriam aqueles que derivam das disputas entre os diferentes grupos humanos pelo acesso aos recursos naturais ofertados pela Terra. Alguns desses recursos, como o petróleo, por exemplo, possuem valor muito elevado, o que favorece a disputa em torno do acesso aos mesmos. Até mesmo recursos de menor valor econômico podem estar no cerne das disputas envolvendo diferentes grupos sociais, desde que estes sejam importantes para tais grupos ou outros, caracterizando assim conflitos socioambientais.

Os conflitos socioambientais também podem apresentar-se em diferentes modalidades, possuindo ainda graus variados de intensidade. Nesse sentido, Zhouri e Laschetski (2010b, p. 5-6) classificam os conflitos socioambientais como sendo de três tipos, podendo estes ocorrer de forma concomitante. O primeiro tipo seria formado pelos conflitos distributivos, que se originam a partir das desigualdades no acesso e uso dos recursos naturais. O segundo tipo seria associado aos conflitos espaciais, que surgem através da expansão dos efeitos ou impactos ambientais para os territórios de diferentes grupos sociais, impactando seus modos de vida. Por fim, a terceira modalidade descrita pelos autores seria composta pelos conflitos territoriais, que estariam vinculados à apropriação da base territorial de grupos sociais diversos pelo modo capitalista de produção e consumo e também de uso dos recursos disponíveis sobre essa base territorial.

Os conflitos socioambientais podem apresentar, ainda, diferentes graus de intensidade, sendo que nesse aspecto Santos (2009) classifica este tipo específico de embate em cinco níveis distintos: latentes, manifestos, explícitos, extremos e naturalizados.

Os conflitos latentes seriam aqueles que não são evidentes, pois os mecanismos sócio-políticos presentes encobrem sua existência, ou seja, há uma situação de discordância, mas o próprio sujeito ou grupo social afetado não percebe tal situação em função das relações de poder que são constituintes de determinado espaço/território (ibid.). Sobre esse tipo de conflito, pode-se afirmar que são embates “[...] nos quais estão presentes situações de injustiça ambiental, contradições de interesses, de visões de mundo e de condições sociais de reprodução, gerando desigualdades no acesso aos recursos ambientais, tratando-se, porém, de conflitos que não se manifestam abertamente” (LEAL, 2013, p. 84).

Já os conflitos caracterizados como manifestos são aqueles que chegam a ser visíveis e percebidos pelos sujeitos e grupos sociais, porém não possuem força política para ingressar na agenda política local ou regional, permanecendo desconhecidos para a maior parcela da sociedade o que, em muitos casos, pode levar à manutenção de situações de injustiça ambiental e social (SANTOS, 2009).

Quanto aos conflitos explícitos, estes são visíveis, possuindo força política para entrar nos debates da agenda política local e regional. Em um patamar semelhante estão os conflitos extremos, com o diferencial de que neste tipo de conflito os embates adquirem caráter violento, atingido a integridade física dos sujeitos e grupos sociais envolvidos, acarretando inclusive, em alguns casos, a morte de indivíduos envolvidos nos conflitos (ibid.).

Por fim, os conflitos naturalizados seriam aqueles que, ainda que cheguem ao extremo de atingir a integridade física dos sujeitos envolvidos, muitas vezes acabam não sendo visíveis, tendo se tornado parte do cotidiano dos envolvidos nesses embates. Estes, assim como os conflitos manifestos, também não possuem força política para entrar na agenda política local e regional, porém em razão de sua continuidade e da natureza de suas ocorrências (violência, mortes etc.), por consequência da falta de resolução, acabam tendo exposição contínua na mídia, o que leva a um processo de banalização do mesmo (ibid.).

Assim, é perceptível que os conflitos socioambientais não são de fácil resolução. A gama variada de pessoas e de relações que se estabelecem em torno desse tipo de conflito leva à sua complexificação. Solucioná-los demanda uma série de ações que vão muito além de ideias simples, sendo necessário, entre outras coisas, debates políticos em torno das questões inerentes a estes embates.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO BRASIL

O Brasil, apesar das especificidades e diferenças em relação ao modelo de área protegida norteamericano (MEDEIROS et al., 2004; RUIZ JUNIOR e OLIVEIRA, 2013), assim como muitos outros países do mundo, espelhou-se nessa concepção, fazendo da categoria parque uma de suas principais tipologia de UCs. Desse modo, também no país se disseminou a ideia das pessoas, independentemente de suas origens culturais, como naturalmente destruidoras da natureza, sendo incapazes de conviver de forma menos degradante com a mesma.

Assim, a legislação nacional que versa sobre UCs, especialmente as de proteção integral, não permite a existência de populações humanas no interior desses espaços, exceto para fins de visitação para recreação, pesquisa, atividades de educação e turismo ecológico; desde que estas respeitem as exigências previstas no plano de manejo dessas áreas (BRASIL, 2000). Essas características presentes no país têm contribuído significativamente para a ocorrência de conflitos socioambientais em torno da implantação de UCs (MUNGAI, 2008).

Dessa forma, “as restrições da legislação, a incompreensão das novas regras daquilo que passa a ser imposto e a falta de diálogo entre órgãos ambientais e populações afetadas pela criação das UCs, podem gerar resistências e o sentimento de não pertencimento ao lugar” (ibid., p. 63), levando à ocorrência dos conflitos. É possível asseverar ainda, que as condições sob as quais se deu a criação de áreas de proteção da natureza no Brasil, especialmente as UCs de proteção integral, acabaram contribuindo diretamente para produção de injustiças ambientais. Estas ocorrem a partir do momento que determinados grupos são forçados a deixar seus espaços de vivência ou mesmo sofrem restrições de uso de determinados recursos naturais em função da criação desses espaços, enquanto que outros grupos acabam se beneficiando de sua instituição, passando a frequentar os novos territórios e tendo acesso aos recursos neles existentes.

Na Tabela 1, buscamos sintetizar alguns estudos que tratam de conflitos socioambientais relacionados a UCs. É possível perceber que estes conflitos apresentam diferentes características no que diz respeito à sua modalidade (distributivos, espaciais, territoriais). Estes conflitos se caracterizam, em nosso entender, como conflitos de primeira ordem, uma vez que as restrições ao uso do território foram impostas pela implantação das UCs e por seu plano de manejo. Esses casos se diferenciam do que, aqui, denominamos de conflitos de segunda ordem, que são consequência das mudanças nas dinâmicas sociais decorrentes da implantação das UCs.

Durante muito tempo, o estabelecimento de áreas protegidas no país ocorreu sem que os impactos negativos da criação desses espaços sobre as populações que neles residiam fossem contabilizados (MUNGAI, 2008, p. 62). Logo, “[...] conflitos envolvendo essas populações atingidas começaram a surgir” (ibid., p. 62). Tais conflitos, muitas vezes, são fruto da desorganização e da constante falta de planejamento que perpassam a concepção dessas áreas. No caso do Brasil, muitas foram criadas para atender a pressões e demandas externas, relacionadas ao crescimento de preocupações ambientais de grupos urbanos, não levando em conta as próprias necessidades e peculiaridades internas da população do entorno.

É perceptível, assim, que a gestão das UCs no Brasil tem se caracterizado como uma tarefa bastante complexa, pois envolve interesses diversos que se materializam sobre esses territórios. Dessa forma, é importante que estes sejam entendidos como sendo “espaços vividos” (GUERRA e COELHO, 2009), no sentido das variadas relações sociais e de poder que sobre eles se

estabelecem, especialmente no que se refere ao acesso e uso dos recursos naturais de que estes dispõem.

Tabela 1 – Conflitos socioambientais envolvendo UCs no Brasil.

Local	Ano de criação da UC	Momento do conflito	Tipo do conflito	Intensidade do conflito	Tipo de UC	Comunidade atingida	Fonte
ReBio Guaribas	1990	Conflitos instaurados antes do processo de criação, com continuidade após a implementação da UC	Conflito territorial	Manifesto	Proteção integral	Pequenos agricultores	ARRUDA et al. (2013)
Mamanguape/PB			Conflito distributivo		Federal		
Mosaico de Jacupiranga	2008	Conflitos instaurados antes do processo de criação, com continuidade após a implementação do mosaico	Conflito territorial	Explícitos	Proteção integral	Comunidades tradicionais	SILVA (2012)
Vale do Ribeira - SP					Uso Sustentável		
					Estadual (SP)		
Estação Ecológica da Juréia-Itatins	1986	Após a criação da UC	Conflito territorial	Explícitos	Proteção Integral	Comunidades locais	FERREIRA (2011)
São Paulo					Estadual (SP)		
APA de Pandeiros	1995	Após a criação da UC	Conflito territorial	Explícitos	Uso sustentável	Comunidades locais	FIGUEIREDO (2011)
Minas Gerais					Estadual (MG)		
Refúgio da Vida Silvestre de Pandeiros	2004	Após a criação da UC	Conflito territorial	Explícitos	Proteção Integral	Comunidades locais	FIGUEIREDO (2011)
Minas Gerais					Estadual (MG)		
Parque Nacional Serra do Itabaiana	2005	Após a criação	Conflito territorial	Explícitos	Proteção integral	Comunidades locais	MORALES (2011)
Sergipe					Federal		
Parque estadual Verde Grande	1998	Antes (com o projeto de fruticultura irrigada Jaíba) e após (com a criação das UCs)	Conflito territorial	Explícitos	Proteção Integral	Comunidades tradicionais	ANAYA (2012)
Minas Gerais			Conflito distributivo		Estadual (MG)		
Parque Estadual Lagoa do Cajueiro	1998	Antes (com o projeto de fruticultura irrigada Jaíba) e após (com a criação das UCs)	Conflito territorial	Explícitos	Proteção Integral	Comunidades tradicionais	ANAYA (2012)
Minas Gerais			Conflito distributivo		Estadual (MG)		
Parque Estadual Mata Seca	2000 (ano de criação da unidade)	Antes (com o projeto de fruticultura irrigada Jaíba) e após (com a criação das UCs)	Conflito territorial	Explícitos	Proteção integral	Comunidades Tradicionais	ANAYA (2012)
Minas Gerais			Conflito distributivo		Estadual (MG)		

Fonte – Org. dos Autores.

A partir desse entendimento, podemos argumentar que

A constituição das unidades de conservação, sejam elas classificadas como de uso indireto [...] ou de uso direto [...], implica a sobreposição de múltiplas territorialidades. São diferentes os projetos, os interesses, as práticas e as representações dos diversos atores sociais envolvidos/afetados na/pela delimitação de áreas destinadas à proteção dos recursos naturais. As unidades de conservação são, ao mesmo tempo, territórios de conservação, territórios de vida, territórios de produção, territórios de pesquisa acadêmica, entre outros. As unidades de conservação acham-se cunhadas por ideias ambientais e territoriais (COELHO et al., 2009, p. 68).

Sendo assim, é necessário que haja a incorporação dos diferentes sujeitos e de seus conhecimentos nos processos de criação e gestão desses espaços. Logo, é de fundamental importância o reconhecimento dos mesmos enquanto agentes a serem inseridos no bojo de uma política ambiental que se quer fazer eficiente e justa, indo além da adoção de estratégias que contemplem somente uma parcela da sociedade, geralmente aquela que já dispõe de condições sociais favoráveis e que participa mais ativamente na reprodução de um modelo que é injusto, insustentável e degradante das condições ambientais naturais.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) representou importante avanço nesse sentido, pois, a partir de sua promulgação, a sociedade passou a fazer parte legalmente da gestão das áreas protegidas contempladas pela nova legislação (CASTRO JUNIOR et. el, 2009). A obrigatoriedade da formação de conselhos gestores das UCs, com a participação de representantes tanto da esfera governamental quanto da sociedade civil, é um instrumento de participação social que foi inserido pela Lei. Além disso, o SNUC tornou obrigatória a consulta pública nos processos de criação de novas UCs (BRASIL, 2000).

Ainda assim, nota-se a ocorrência de variados conflitos nessas UCs e em seu entorno, muitos dos quais decorrentes da falta de reconhecimento e da inserção das comunidades locais nos processos de manejo desses espaços. Logo, “o permanente desafio está na tentativa de encontrar estratégias adequadas de uso, aproveitamento econômico e preservação da biodiversidade brasileira, relacionadas às suas raízes socioculturais” (MUNGAI, 2008, p. 62).

Dessa forma, “tomar relações de poder e dinâmicas de territorialização como foco analítico permite a adoção de uma visão menos romântica tanto das populações tradicionais/locais quanto das políticas públicas implicadas na constituição de unidades de conservação no Brasil [...]” (COELHO et al., 2009, p. 106-107).

Esses desafios se tornam explícitos na análise dos conflitos socioambientais identificados no entorno do ParNa Caparaó. Entretanto, conforme discutido na próxima seção, os conflitos podem apresentar grande complexidade, indo além dos impactos diretamente criados pelas restrições de uso do território e incorporando os efeitos das alterações nas dinâmicas sociais decorrentes da implantação das UCs.

PATRIMÔNIO DA PENHA E OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DE SEGUNDA ORDEM

PATRIMÔNIO DA PENHA E SEUS MORADORES

O Patrimônio da Penha é uma comunidade localizada nas proximidades do ParNa Caparaó, a cerca de 1 km dos limites do parque. Ela se caracteriza como uma pequena vila, com uma população de aproximadamente quinhentos habitantes. O Patrimônio conta ainda com um polo de educação ambiental, onde são realizadas reuniões entre a comunidade e os funcionários do ParNa Caparaó, além de cursos de capacitação e exposição de produtos do artesanato local.

No que tange à população do Patrimônio da Penha, existem dois grupos sociais distintos: a) o grupo formado pelos moradores que aí já viviam antes da chegada do parque e seus descendentes, denominado por eles próprios de nativos; e b) o grupo de moradores mais recentes, que vieram atraídos pela presença do parque e que possuem modos de vida que, em alguns aspectos, se distinguem dos modos de vida dos moradores locais, geralmente denominados pelos locais de *hippies* ou ainda de alternativos.

De modo geral, os dois grupos parecem manter boas relações entre si. Porém, por apresentarem modos diferenciados de uso e apropriação do território e de seus recursos, acabam, em alguns momentos, entrando em disputas. Estes embates raramente são diretamente percebidos por estes sujeitos como situações de conflito, visto que não se caracterizam pela presença de violência e nem mesmo apresentam grande visibilidade, podendo ser encaixados, em alguns casos, na categoria de conflitos latentes, em outros, como conflitos manifestos.

Em relação à população nativa, e apesar de, durante o trabalho de campo, não ter sido possível fazer um estudo sistemático sobre suas origens, dentre os entrevistados percebeu-se que a maioria das famílias vivia na região há, no mínimo, três gerações. Muitas delas possuíam vínculos com a produção do café, que caracterizou esse espaço especialmente a partir de meados do século XX, sendo, no período de realização da pesquisa, uma atividade ainda relevante na dinâmica econômica local.

Também foi possível perceber, a partir das entrevistas e das observações de campo, que a maior parte dos nativos tinham sua renda vinculada à atividade agropecuária, especialmente à produção cafeeira e à pecuária leiteira. Uma menor proporção dos nativos começava a desenvolver atividades associadas ao turismo, destacando-se alguns pequenos restaurantes, lojas de artesanato e agências de turismo de aventura.

Em relação aos moradores alternativos, sua chegada ao Patrimônio da Penha data do final da década de 1980 e início da década de 1990. Desde então, muitos outros alternativos passaram a chegar e estabelecer moradia na região. Apesar de o Parque existir desde a década de 1960, a região ganhou mais visibilidade após a realização, em 1991, do Encontro Nacional de Comunidades Alternativas (ENCA) no Patrimônio da Penha. Esse evento foi realizado na localidade denominada de Portal do Céu, propriedade que havia sido comprada por um dos pioneiros entre os moradores alternativos (que iremos denominar aqui de Alternativo A), e sido transformada em um espaço de encontro para este grupo, onde também se localizava, na data da presente pesquisa, a Igreja do Santo Daime (NATIVO B; NATIVO C; ALTERNATIVO E; ALTERNATIVO F). De forma geral, o evento reforçou significativamente a imagem da região como a de uma natureza intocada, tão valorizada pelos moradores alternativos.

Eu vejo ele [o parque] como um instrumento de grande importância, assim, para todo entorno. Como uma ferramenta de uma geração de renda para comunidade, e também foi a forma encontrada para preservar a montanha, o Pico da Bandeira, Pedra Menina e os outros. Porque antes de ter o parque tinha boi até no Pico da Bandeira, nem boi, na verdade era cabrito né, porque boi não ficava. Era tudo fazenda, e aí, com a criação do parque, delimitou a área, e hoje a gente tem uma área de preservação ambiental permanente, que sem o parque não teria, acho que os próprios fazendeiros não deixariam a área tão preservada, tão bonita como está agora (ALTERNATIVO G).

Durante a década de 1990, especialmente após a realização do ENCA, os fluxos de novos moradores para o Patrimônio da Penha e redondezas continuou. Estes passaram a adquirir as terras dos moradores locais e a instituir moradia sobre o território. Na verdade, a compra de terras já havia se iniciado um pouco antes, com a chegada dos primeiros moradores, entre eles especialmente o Alternativo A que, de acordo com as entrevistas concedidas por alguns dos moradores nativos, e de modo particular pelos mais antigos, foi o que primeiro começou a compra de terras na região. Esse morador dava preferência às áreas mais altas, próximas aos limites do parque, e também às cabeceiras dos rios onde se encontravam as principais nascentes da área. Posteriormente, o Alternativo A passou a revender parte das terras que havia adquirido para os novos moradores que começaram a chegar, contribuindo, assim, para sua fixação no local.

No que concerne as motivações que levaram os novos moradores à região, foi possível identificar que foram vários os fatores responsáveis por esse processo. Entre estes estavam o desejo de viver em uma comunidade alternativa, mais justa e sustentável (Alternativo C), a vontade de estar em maior contato com a natureza (Alternativo D), além do desejo de uma vida mais tranquila, distante dos grandes centros urbanos, em um ambiente menos violento e menos impregnado pelo consumismo (Alternativo C, Alternativo D, Alternativo E, Alternativo F).

Nota-se, dessa forma, que as motivações estavam associadas especialmente à utopia de uma sociedade ideal e, mais ainda, ao imaginário gestado na perspectiva urbana de natureza. Essa visão preservacionista é inspirada na noção de um ambiente natural denominado por Martínez-Alier (2007) de “Culto ao Silvestre”, onde a natureza é percebida como lugar de admiração e veneração, muitas vezes excluindo as conexões materiais entre a espécie humana e o meio ambiente natural. Ilustrativo dessa visão de natureza é o cartaz de “Boas Vindas” fixado no mural de avisos do Portal do Céu, apresentado na Figura 1, cuja mensagem é parcialmente reproduzida a seguir:



Figura 1 – Quadro de avisos localizado no Portal do Céu.

Fonte – Org. dos autores (Fev. 2016).

SEDE BEM VINDO

Daqui se contempla o céu e as estrelas

[...]

Você está pisando em um chão onde a terra devolve em frutos a semente que plantares.

[...]

Aqui se comemora a vida

Aqui celebra a vida e deixa-se o outro viver

Aqui a natureza é respeitada

Aqui todos os bichos são sagrados

Aqui se respira saúde.

Preserve, respeite, trabalhe e confie

Deus cuidará de nós!

E na força da Lua

No amor da grande Mãe! Paz!!!

A chegada dos novos moradores, com hábitos culturais e percepções diferenciadas acerca da natureza, especialmente se comparados aos hábitos culturais e percepções dos moradores nativos, produziu, de imediato, sentimentos de incerteza e desconfiança nos nativos, além de causar conflitos entre os grupos, como consequência dessas diferenças. O início da convivência entre eles foi marcada por embates, pois enquanto os alternativos vinham com uma visão de mundo e de natureza pautada essencialmente pelo preservacionismo, os nativos já contavam também com uma cultura própria, com hábitos já enraizados, muitos dos quais associados à extração e uso dos recursos naturais existentes em seu território.

Desse modo, os alternativos viam os hábitos dos nativos como degradantes da natureza, não conseguindo entender o porquê de certas ações, como a caça por exemplo. Também era inconcebível, na visão dos alternativos, a retirada de madeira e do palmito, entre outros recursos, demonstrando certa dificuldade por parte dos novos moradores de se colocar no lugar do outro, buscando compreender melhor seus costumes e sua relação com o território (ALTERNATIVO C; ALTERNATIVO G).

Essa dificuldade de se colocar no lugar do outro, compreendendo seus hábitos e sua cultura, levou os novos moradores à percepção de que estes hábitos e cultura eram degradantes da natureza e incompatíveis com os princípios preservacionistas defendidos pelos alternativos. Quando indagados sobre a importância do ParNa Caparaó para a região e sobre como estes

percebiam o parque, os moradores alternativos deixavam transparecer também sua visão com relação às práticas realizadas pelos moradores locais.

O parque, assim, principalmente para o turismo, é o que tem. Então a luta que a gente tem é de estar, assim, preservando o meio ambiente e também a cultura, que para gente o turismo ele sendo um turismo bem trabalhado, ele tem muito benefício a trazer, principalmente na preservação né, porque é um outro meio, uma outra forma, uma outra visão de sustentabilidade que se tem com a natureza que não só a de extração. Porque quando nós chegamos aqui, o maior subsídio era o café, e antes do café era a extração de madeira. Então, assim, coisas mais predatórias (ALTERNATIVO C).

Também é imperativo notar que, assim como o faz o pensamento hegemônico, travestido sobre os ideais preservacionistas, a visão dos alternativos tende à generalização, colocando todos os nativos como iguais, no sentido das práticas cotidianas realizadas pelo segundo grupo, como se todos gerassem o mesmo nível de impacto sobre o meio ambiente natural com seus modos de vida. Nesse sentido, não há distinção entre fazendeiros e pequenos agricultores.

Essa imagem de que tais atividades seriam, por si só, predatórias, representa uma visão restrita do contexto local, incapaz de perceber que estas práticas faziam e, até certo ponto, ainda fazem parte da cultura dos moradores que habitam esse espaço desde antes da constituição do parque. A percepção de que a extração dos recursos seria, fundamentalmente, negativa demonstra preconceito para com os nativos, visto que essa prática poderia se dar respeitando os limites do ambiente e seu tempo de regeneração.

Destarte, a partir das concepções e percepções que os alternativos foram desenvolvendo sobre o lugar e seus moradores nativos, as relações entre os dois grupos foram sendo tecidas. Do outro lado, o olhar dos nativos com relação aos alternativos também teve papel importante na constituição dessas relações, dando origem a novas territorialidades dentro do Patrimônio da Penha. Estas relações entre os dois grupos sempre foram diretamente influenciadas pela presença do ParNa Caparaó, sendo essa área de proteção ambiental a principal indutora da transformação na dinâmica social local.

Historicamente, a convivência entre os grupos se mostrou pacífica. Assim, embates produzidos pelas diferentes concepções de mundo dos dois grupos sociais nem sempre são evidentes para os moradores. Entretanto, conforme descrito a seguir, ocorrem diferentes formas conflitos socioambientais na região.

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DE SEGUNDA ORDEM NO PATRIMÔNIO DA PENHA

Entre os principais conflitos socioambientais que puderam ser observados no Patrimônio da Penha, destacam-se os conflitos em torno da construção da estrada parque, os conflitos relacionados à mudança de nome dos lugares e os conflitos associados à restrição da circulação de pessoas.

Talvez o conflito relacionado à construção da estrada parque seja aquele onde o embate se mostrou mais explícito. A disputa se formou especialmente em função da construção do trecho da estrada que passaria pelo Patrimônio da Penha. De acordo com o relato apresentado pelo Alternativo C, e também por alguns moradores nativos em conversas informais, houve uma divisão entre a comunidade com relação ao asfaltamento da estrada, onde as diferenças entre os nativos e os alternativos puderam ser notadas de forma bastante clara pelos próprios moradores.

Durante o processo de asfaltamento da estrada parque, o grupo dos alternativos propôs a construção de um desvio, que pudesse retirar o fluxo mais intenso de automóveis e caminhões do Patrimônio da Penha. Essa proposta teria sido interpretada de forma errônea pelos moradores nativos (Alternativo C), que entenderam que os alternativos não queriam que o asfalto chegasse ao Patrimônio da Penha. A partir dessa situação, teve início um intenso embate entre os dois grupos de moradores.

Hoje houve um racha, depois desse asfalto aqui [estrada parque], houve um racha. Quem é daqui, nasceu aqui, nativo com os *hippies*. Então houve esse

racha, a estrada, estrada parque, aconteceu esse racha. A gente considera assim: antes estrada e depois estrada. Porque nós [alternativos] lutamos muito por um desvio desse asfalto. Então nós lutamos muito por um desvio, nós queríamos que essa estrada parque tivesse um desvio aqui da Penha que era um desvio de 7 km. Só que esse desvio foi mal interpretado, e eles [nativos] acharam que a gente não queria o asfalto. Mas não que nós não quiséssemos o asfalto, pelo contrário, nós que já estávamos morando aqui há vinte anos tudo que a gente queria era um asfalto. Porque assim, quem mora é que sabe o quê que é uma estrada de chão para você ir buscar um remédio para o seu filho, para você ir no médico, para você ir no dentista, para você fazer de um tudo, porque tudo que a gente quer de cidade a gente tem que ir para Guaçuí, e são 40 km de chão. Eles achavam que a gente não queria o asfalto, eu não sei o que foi, e aí foi um pega pra capar danado com a comunidade, e aconteceu que não teve o desvio e aí tão os caminhões passando né (ALTERNATIVO C).

Se recordamos um pouco sobre os principais motivos que levaram os novos moradores ao Patrimônio da Penha, perceberemos que a construção do asfalto também entrava em conflito com algumas dessas motivações. O aumento do fluxo de automóveis e caminhões, além do possível aumento do fluxo de pessoas, não seria assim bem visto pelos alternativos, pois estes buscaram o Patrimônio da Penha justamente pelo seu relativo isolamento. Ao contrário dos nativos, que sempre tiveram muitas dificuldades em se conectar a outros lugares e que viram no asfalto a oportunidade que tanto esperaram. Nota-se, ainda, o papel desempenhado pelo parque, pois ao influenciar, mesmo que de forma indireta, na chegada de novos sujeitos ao Patrimônio, acabou contribuindo para a ocorrência do embate.

Outro conflito diz respeito às modificações realizadas na toponímia de locais na região, especialmente das cachoeiras. Foi possível evidenciar, assim, que os moradores alternativos realizaram várias mudanças na nomenclatura dos lugares, numa clara manifestação de apropriação do território. Esse fato gerou certa indignação entre os moradores nativos, que tinham nos nomes destes lugares uma das formas de reconhecimento de seus territórios de vivência.

Igual aqui hoje, isso aqui tem muita cachoeira, mas não é tanta também. Porque tem um pessoal que diz que trabalha no negócio do parque, mas eles inventam muita coisa também para levar filmagem, levar lá pra baixo [prefeitura], pra vir dinheiro pra eles só. Então eu acho isso uma coisa errada, errada, porque essas cachoeiras que têm aqui eu conheço elas há sessenta, oitenta anos, e nenhuma delas, praticamente só tem uma cachoeira aqui que tem o nome que a gente dava na época dentro do mato aí, que a gente inventava um nome lá: ah, essa é a cachoeira tal, essa é a cachoeira tal. E hoje foi tudo mudado, o pessoal que veio de fora, que investiu dinheiro, faz essas casas pra lá e tal, e botou nome nessas cachoeirinhas tudo diferente [...]. Então eles inventaram muita coisa, nome da cachoeira tal, nome da cachoeira tal e tal. Mostra aquela cachoeira imensa, mas não é nada, é uma cachoeirinha dessa alturinha assim [...] (NATIVO A).

Nota-se, dessa forma, a ocorrência de conflitos, produzidos, neste caso, fundamentalmente como consequência da apropriação simbólica do território pelos moradores alternativos ao rebatizarem as cachoeiras. O depoimento do Nativo A, explicita o incômodo gerado por tal fato. A mudança na toponímia pode ser caracterizada como uma estratégia de apropriação do território e de configuração de novas territorialidades. Os novos nomes adotados pelos moradores alternativos, como, por exemplo, renomear a “Cachoeira do Inferno” de “Caldeirão das Delícias”, convergem com a visão de mundo e de natureza que estes possuem, explicitando valores embasados no “Culto ao Silvestre”.

Ao mesmo tempo, essas alterações sufocam as conexões que os locais tinham com certos espaços da comunidade, dando origem a novas. Frequentados não mais pelos nativos, estes espaços tornam-se territórios de outros sujeitos, sejam os novos moradores alternativos, sejam os turistas atraídos pela presença do Parque e que também compõem a dinâmica social local.

Por fim, outro conflito decorrente das mudanças na dinâmica social local, após a chegada dos alternativos, esteve associado às mudanças no cotidiano das pessoas, particularmente no acesso a territórios específicos e caminhos tradicionais. Os moradores locais perderam, assim, muitos de seus espaços de reprodução social, material, cultural e simbólica, num constante processo de desconstrução de territórios e de produção de novas territorialidades, manifestado a partir da influência do parque sobre a comunidade.

Meu filho, eu vejo muita mudança né, porque de primeiro eu trabalhava aí pra cima tudo, porque esse sítio inteiro era do meu pai, nós trabalhávamos naquilo tudo. Então hoje eu conheço aquelas nascentes de água aí pra cima tudo, que eu já trabalhei nessa serra palmo por palmo [...]. Hoje a gente não pode andar pra lá mais não, porque é muita gente. Então têm os *hippies* aí, depois que o [Alternativo A] veio pra cá, aí veio muita gente de fora. Porque lá em cima [Portal do Céu] virou um patrimônio meu filho. Lá em cima tem pousada, lá em cima tem igreja [Igreja do Santo Daime], lá em cima tem muita gente mesmo. Então a gente hoje não pode ir para lá mais, modificou muito, mas também mudou muito lá em cima, porque lá em cima era pouquinhos casas que tinham né. A gente ia lá trabalhar, colher café, que tudo lá em cima tinha lavoura, e hoje a gente não pode mais. A gente tem medo de ir lá, porque tem muita gente diferente, é um povo que a gente não conhece, então é aonde a gente não vai lá mais (NATIVO A).

Assim, apesar de perceber o parque como tendo um papel importante para o Patrimônio da Penha ao produzir aumento no fluxo de pessoas, o Nativo A também percebe que por causa dessa situação, espaços antes frequentados por ele e por outros moradores nativos do Patrimônio da Penha acabaram sendo perdidos. É possível apreender da fala do morador que essa situação ocorreu pelo fato de os moradores nativos, especialmente os mais antigos, não se sentirem mais seguros nesses espaços como acontecia no passado.

Dentro desse contexto, outro ponto que chamou a atenção no Patrimônio da Penha diz respeito às relações capitalistas que foram produzidas dentro da comunidade pela presença do parque. Dessa forma, o ParNa Caparaó tornou-se um mecanismo que influenciou no fim das relações dos sujeitos locais com a natureza como bem comum, tendo essa se tornado propriedade e objeto de exploração econômica.

Um dos principais exemplos que pôde ser verificado diz respeito às cachoeiras. Muitas das cachoeiras existentes no Patrimônio caracterizavam-se por serem locais abertos, espaços de encontro entre os moradores nativos, constituindo, dessa forma, territórios de reprodução sociocultural destes. Com a instituição da UC, muitos desses espaços, antes frequentados essencialmente por moradores nativos, foram fechados à visitação. Além disso, com os processos de venda de terras pelos nativos, desencadeados após a instituição da UC, outras cachoeiras acabaram passando para o domínio dos novos proprietários e também tiveram seu acesso restringido.

Posteriormente, com o fortalecimento do setor turístico, estes espaços tornaram-se economicamente valorizados. Como a lógica do capital repousa na propriedade privada (LÖWY, 2013), desenvolveu-se no Patrimônio da Penha um processo de privatização da natureza, onde a mesma deixou de ser um bem comum, de uso de todos, e seu uso passou a ser controlado por alguns sujeitos ou grupos específicos, conforme mostram as Figuras 2 e 3. De forma semelhante, em cartaz fixado no Quadro de Avisos do Portal do Céu (Figura 1), este é caracterizado como “tendo 23 proprietários e vários moradores” o que reforça a relação patrimonialista com o território.

Figura 2 – Aviso de propriedade particular em estrada que dá acesso ao Portal do Céu.



Fonte – Org. dos autores (Fev. 2016)

Figura 3 – Restrição de acesso em propriedade na estrada que dá acesso ao Portal do Céu.



Fonte – Org. dos autores (Fev. 2016)

Destarte, notou-se que os processos em curso não beneficiam a todos os moradores locais. Essa situação se deu, pois os espaços, antes comuns e que foram tornados privados, não têm os valores arrecadados com sua exploração comercial divididos entre todos os moradores locais, ficando exclusivamente com seus novos proprietários. Logo, a natureza é privatizada, seguindo a lógica de expropriação que impera no sistema capitalista hegemônico, e que, no caso específico do Patrimônio da Penha, condicionou o fim de territórios de reprodução sociocultural comuns aos moradores nativos.

Além disso, o fortalecimento do turismo na região, a implantação de infraestruturas como o asfalto e o surgimento desse novo contexto de exploração da natureza local, acabou dando início a um processo de especulação imobiliária no Patrimônio da Penha. Dessa forma, a dinâmica local sofreu novo impacto, com a chegada de novos moradores atraídos pela presença do parque e, mais uma vez, pela alteração nas formas de reprodução sociocultural dos moradores nativos, com a perda de territórios de reprodução sociocultural.

Sendo assim, os alternativos possuem um discurso pautado por conceitos ambientalistas e de justiça e explicam sua mudança para Patrimônio como uma busca por espaços naturais e uma tentativa de fuga de um estilo de vida capitalista urbanizado. Por outro lado, eles levam consigo conceitos típicos desse estilo de vida, tal como a noção de propriedade privada, presente em seus modos de relacionamento com os espaços no Patrimônio da Penha.

Dessa forma, os três conflitos acima citados (disputa pelo asfaltamento, definição de toponímias e privatização dos comuns) são identificados no caso do Patrimônio da Penha como conflitos socioambientais de segunda ordem associados ao ParNa Caparaó. Para além desses conflitos, a implantação do ParNa Caparaó também gerou os conflitos de primeira ordem comumente mencionados na literatura (FERREIRA, 2011; FIGUEIREDO, 2011; MORALES, 2011; ANAYA, 2012; SILVA, 2012; ARRUDA et. al, 2013). O trabalho de campo também permitiu identificar processos de desterritorialização dos moradores tradicionais, por meio de deslocamento compulsório e perda de acesso a áreas que foram incorporadas ao parque. Ainda foram registrados outros conflitos decorrentes da proibição da caça, da retirada de madeira para produção de ferramentas, do corte de palmito etc., registrado em trabalhos prévios (Trabalho do autor, 2016, a ser devidamente referenciado após a avaliação do artigo).

Todavia, o presente artigo buscou ilustrar aqueles conflitos decorrentes das mudanças nas dinâmicas sociais que foram resultado da implantação do parque. Ao alterar a dinâmica social, o parque produziu importantes modificações no cotidiano dos moradores nativos. Porém, são situações que apresentam menor visibilidade e acabam não sendo identificadas como conflito pelos gestores do parque e, em muitos momentos, nem mesmo pelos próprios moradores envolvidos nessa dinâmica. Assim, os conflitos de segunda ordem, diferentemente do que ocorre na maior parte dos casos de impactos e conflitos socioambientais ocasionados pela instalação de áreas naturais protegidas no país, tendem a ser processos mais sutis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da pesquisa que deu origem a esse artigo, foi possível identificar no ParNa Caparaó e no Patrimônio da Penha muitos dos problemas que afetam parcela significativa das Unidades de Conservação brasileiras. Neste trabalho, buscamos destacar alguns desses problemas, especialmente os associados aos conflitos socioambientais, salientando especialmente os chamados conflitos de segunda ordem, definidos como aqueles oriundos das alterações nas dinâmicas sociais resultantes da presença do Parque. Esses conflitos se davam principalmente entre os moradores da comunidade e geravam, em alguns casos, impactos negativos, principalmente sobre os moradores nativos.

Assim, foi possível perceber que o ParNa Caparaó se caracterizava como vetor responsável pela implantação de novas formas de reprodução social, ocasionando, nesse percurso, a desconstrução das formas desenvolvidas historicamente na região. Com um discurso pautado, em muitos momentos, numa perspectiva de atraso dos modos de reprodução social dos nativos, que perpassava a desvalorização desses modos de reprodução, os movimentos de resistência ou valorização dos costumes desenvolvidos ao longo do tempo por esse grupo foram sendo desconstruídos, deixando evidente a existência de relações desiguais de poder sobre esse território.

Todavia, os nativos não percebiam, na maior parte do tempo, a existência de situações de oposição ou choque entre os diferentes modos de vida manifestados sobre esse espaço. Ao contrário, a percepção que estes tinham é de que o parque (e os alternativos) trouxeram um novo modo de vida para eles, mais “moderno” e “sustentável”. Assim, apesar de a disputa sobre o asfaltamento da estrada parque se caracterizar como um conflito manifesto; tanto a mudança de toponímia, quanto o processo de privatização de comuns se mostraram mais próximos a situações de conflitos latentes. Essa, possivelmente, é uma característica dos conflitos de segunda ordem, uma vez que se conformam gradualmente ao longo do tempo.

À vista disso, o estudo sobre Patrimônio da Penha apresenta uma situação peculiar, especialmente em comparação a estudos desenvolvidos em outras áreas naturais protegidas de caráter integral espalhadas pelo país. De acordo com nossa revisão bibliográfica, a maior parte desses estudos tende a descrever e analisar conflitos socioambientais explícitos. Conforme mencionado anteriormente, conflitos explícitos também são identificados no Patrimônio, embora nesse caso ocorram mais entre os moradores tradicionais e os gestores do parque.

Este estudo, porém, consiste em uma primeira investigação sobre a conceituação de conflitos de primeira e segunda ordem. Assim, novos esforços empíricos, analíticos e teóricos se mostram necessários para avaliar a pertinência dessa categorização, bem como para verificar as condições que podem levar tanto a um quanto a outro tipo de conflito. Portanto qualquer generalização precisa ser feita com certa cautela. Além disso, o ParNa Caparaó e seu entorno consistem em uma área de grandes dimensões, constituída por vários municípios, não tendo sido possível realizar uma análise mais abrangente. Portanto, os resultados obtidos por essa pesquisa lançam luz apenas sobre a dinâmica de uma pequena parte desse território, marcado por várias outras situações importantes. Dessa forma, seria importante que novas pesquisas pudessem ser realizadas, trazendo novas possibilidades e demonstrando toda complexidade que perpassa esse espaço.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. As práticas sociais e o campo dos conflitos ambientais. In: _____. (Org.). Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relumê Dumará; Fund. Heinrich Boll, 2004.

ANAYA, F. DE "ENCURRALADOS PELOS PARQUES" A "VAZANTEIROS EM MOVIMENTO": As reivindicações territoriais das comunidades vazanteiras de Pau Preto, Pau de Léguas e Quilombo da Lapinha no campo ambiental. 2012. 257 p. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-graduação em Sociologia - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

ARAÚJO, L. R. R.; SOUZA, R. M. Territorialidade, conflitos socioambientais e a atividade turística em unidades de conservação: uma discussão conceitual. Revista Nordestina de Ecoturismo, Aquidabã, v. 5, n. 2, p. 19-27, mai./out. 2012. Disponível em: <sustenere.co/journals/index.php/nature/article/view/ESS1983-8344.2012.002.0002>. Acesso em: 17 de junho de 2014.

ARRUDA, D. B. et al. Conflitos entre ReBio Guaribas e Comunidades locais: injustiça ambiental e ecologia política. Revista Direitos Emergentes na Sociedade Global, Santa Maria, v. 2, n 2, p. 280-304, jul./dez. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/REDESG/article/view/10852#.WnGnR6inHIU>>. Acesso em: 14 de maio de 2015.

- BARBANTI, JR. O. Conflitos socioambientais: teorias e práticas. In: I Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade - ANPPAS. Indaiatuba, nov. 2002. Disponível em: <http://anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/dimensoes_socio_politicas/CONFLITOS%20SOCIOAMBIENTAIS%20-%20TEORIAS%20E%20PR%C1TICAS.PDF>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2014.
- BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm>. Acesso em: 05 de março de 2013.
- BRITO, D. M. C. et al. Conflitos socioambientais no século XXI. PRACS, Macapá, n. 4, p. 51-58, dez. 2011. Disponível em: <<https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/371>>. Acesso em: 28 de abril de 2014.
- CASTRO JUNIOR et al. Gestão da biodiversidade e áreas protegidas. In: GUERRA, A. J. T.; COELHO, M. C. N. (Org.) Unidades de conservação: abordagens e características geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- COELHO, M. C. N. et al. Unidades de conservação: Populações, recursos e Territórios. Abordagens da geografia e da ecologia política. In: GUERRA, A. J. T.; COELHO, M. C. N. (Org.) Unidades de conservação: abordagens e características geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- ERNANDORENA, P. R. A ação civil pública e a resolução dos conflitos ambientais em zona costeira de Santa Catarina. 2003. 262 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Faculdade de Engenharia - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.
- FERREIRA, L. E. C. Que os parques possam ser nossa casa - a luta pela recategorização da Estação Ecológica da Juréia-Itatins. 2011. 202 p. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Centro de Energia Nuclear na Agricultura - Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2011.
- FIGUEIREDO, L. V. R. Percepção Ambiental em uma Unidade de Conservação de proteção integral. 2011. 180 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) - Pós-Graduação em Desenvolvimento Social - Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2011.
- FONSECA, B. C. et al. Conflitos ambientais: atores, causas e desdobramentos na Zona da Mata Mineira. Revista Caminhos de Geografia, v. 13, n. 42, p. 283-299. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/16743>> Acesso em 20 de janeiro de 2018.
- GUERRA, A. J. T.; COELHO, M. C. N. Apresentação. In: Unidades de conservação: abordagens e características geográficas. _____. (Org.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- LEAL, G. F. Justiça Ambiental, conflitos latentes e externalizados: estudo de caso de pescadores artesanais do Norte Fluminense. Ambiente & Sociedade, São Paulo, v. 16, n. 4, p. 83-102, out./dez. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X2013000400006&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em: 26 de novembro de 2015. <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2013000400006>

LITTLE, P. E. A etnografia dos conflitos sócio-ambientais: bases metodológicas e empíricas. In: II Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade - ANPPAS. Indaiatuba, maio de 2004. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT17/gt17_little.pdf>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2014.

LÖWY, M. Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecossocialista. In: Caderno CRH, Salvador, v. 26, n. 67, p. 79-86, jan./abr. 2013. Disponível em: <www.scileo.org/php/index?lang=en>. Acesso em: 05 de agosto de 2014.
<https://doi.org/10.1590/S0103-49792013000100006>

MALAGODI, M. A. S. Geografias do dissenso: sobre conflitos, justiça ambiental e cartografia social no Brasil. Espaço e Economia, n. 1, 2012. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/espacoeconomia/136>>. Acesso em: 10 de abril de 2014.
<https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.136>

MARTINEZ-ALIER, J. O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: contexto, 2007.

MEDEIROS, R. et al. A proteção da natureza no Brasil: evolução e conflitos de um modelo em construção. Revista de Desenvolvimento Econômico, Salvador, v. 6, n. 9, p. 83-93, jan. 2004. Disponível em: <www.revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/115>. Acesso em: 14 de janeiro de 2015.

MORALES, S. P. D. CONFLITOS AMBIENTAIS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: Uma abordagem sobre as relações de poder na institucionalização do Parque Nacional Serra de Itabaiana/SE-Brasil. 2011. 166 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Núcleo de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2011.

MUNGAI, M. F. Mosaico de interesses, relações e conflitos: o Parque Nacional da Caverna do Peruaçu (MG). 2008. 201 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008

MUNIZ, L. M. Ecologia Política: o campo de estudo dos conflitos sócio-ambientais. Revista Pós Ciências Sociais, v. 6, n. 12, p. 181-196, 2009. Disponível em: <www.ppgcsoc.ufma.br/index.php?option=com_content&view=article&id=380&catid=74&Itemid=114>. Acesso em: 15 de junho de 2014.

PARREIRAS, C. P. DESENVOLVIMENTO E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA: O projeto Doces Matas e a inserção de Políticas de Gestão Participativa no Parque Nacional do Caparaó. 2004. 200 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

RUIZ JUNIOR, L. D.; OLIVEIRA, R. C. Áreas protegidas e expansão do uso da terra no litoral norte do estado de São Paulo. Revista Caminhos de Geografia, v. 14, n. 48, p. 48-59, 2013. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/23764>>. Acesso em 20 de janeiro de 2018.

SANTOS, L. B. Trilhas da política ambiental: conflitos, agendas e criação de unidades de conservação. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. 12, n. 1, p. 133-150, jan./jun. 2009. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/asoc/v12n1/v12n1a10.pdf>. Acesso em: 02 de julho de 2014.

<https://doi.org/10.1590/S1414-753X2009000100010>

SILVA, A. L. F. Onde os direitos ambientais sobrepõem direitos humanos na Mata Atlântica brasileira: Estudo a respeito da diversidade cultural em comunidades tradicionais sobrepostas por Unidades de Conservação no Vale do Ribeira, SP. 2012. 200 p. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Centro de Energia Nuclear na Agricultura - Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2012.

SOUZA, L. R. C.; MILANEZ, B. Conflitos socioambientais, ecologia política e justiça ambiental: contribuições para uma análise crítica. *Perspectiva Geográfica*, v. 11, p. 2-12, 2016. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/pg geografica/article/view/15568/10496>>. Acesso em 19 de janeiro de 2018.

Trabalho do autor. 2016. (Esta referência foi retirada para evitar a identificação do autor, devendo ser incluída após avaliação pelos revisores).

ZHOURI, A. Justiça ambiental, diversidade cultural e accountability: desafios para a governança ambiental. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 23, n. 68, p. 97-107, out. 2008. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092008000300007>. Acesso em: 22 de abril de 2014.

<https://doi.org/10.1590/S0102-69092008000300007>

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In: _____. (Org.). *Desenvolvimento e Conflitos Ambientais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010a.

_____. *Conflitos Ambientais*. Texto analítico, 2010b. Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/ZHOURI__LASCHEFSKI_-_Conflitos_Ambientais.pdf>. Acesso em: 25 de novembro de 2015.

Recebido em: 14/03/2018

Aceito para publicação em: 15/03/2019